

OS CAMINHOS PARA MATERIALIZAR A DEMOCRACIA

ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Há certo consenso no debate público que, ao menos desde 2016, o Brasil ingressou em um ciclo político mais agudo em termos de resiliência do Estado Democrático de Direito. As instituições públicas passaram por verdadeiras provações: guerras informacionais das redes sociais, operação Lava Jato e seus desdobramentos, a pandemia e suas consequências, a eleição para Presidente mais acirrada desde a redemocratização, os ataques antidemocráticos aos prédios sede dos três poderes da República, em Brasília. Durante esse período, o tema da defesa da democracia permaneceu como prioridade na agenda pública. Seja pela ótica da defesa das garantias e liberdades individuais, pela defesa do Estado Democrático de Direito, pela implementação de políticas públicas, pela defesa do direito de coletividades, o termo “democracia” foi mobilizado como algo premente. A Revista Achados de Auditoria acompanhou essa dinâmica.

É difícil precisar exatamente quando um ciclo político se encerra. Em geral confunde-se com o prazo do mandato do agente político eleito, embora não necessariamente tenha correspondência. Afinal, existem agendas políticas que ultrapassam governos. Aqui, portanto, interessa não a política partidária ou o partido do incumbente, mas o conjunto de ações (e omissões) do Estado disponibilizadas para a sociedade. As políticas públicas na ideia de um estado em movimento na promoção do bem-estar social. Nesse aspecto, analisar certos fenômenos parece ser mais complexo que as avaliações do senso comum.

Se por um lado a alternância do governo federal foi acompanhada de uma mudança radical dos símbolos mobilizados para defender o bem-estar social (viabilizando a ideia de um novo ciclo político), por outro, ainda parece prematuro identificar objetivamente um quadro mais preciso de como materializar certas políticas públicas. As pautas de minorias políticas como mulheres, negros, comunidade LGBTQIA+, meio ambiente, assistência social, defesa da democracia, dentre outras, definitivamente foram encampadas e destacadas, tanto nos discursos quanto na agenda proposta. Entretanto, uma eventual mudança no conjunto de regras fiscais e orçamentárias para viabilizar não só tais políticas, mas o projeto de bem-estar social como um todo, ainda não parece clara. Considerando a complexidade das políticas públicas, pouco se sabe ainda sobre eventuais parâmetros de mensuração com os quais o governo irá se comprometer: meta de redução do desmatamento na Amazônia, pessoas que saíram da linha de pobreza e extrema pobreza, ações afirmativas para minorias políticas, dentre outras.

Em uma visão hegemônica, a materialização de políticas públicas dessa natureza está relacionada com a definição de macropolíticas como a política fiscal, modelo de desenvolvimento, relação com demais nações e os desdobramentos naquilo que se convencionou a chamar de tripé macroeconômico (política fiscal, monetária e cambial). Nessa visão, é possível pensar a realidade a partir do paradigma que a promoção do estado de bem-estar social como uma variável dependente dessas macropolíticas, incorrendo talvez numa análise mais economicista.

Existem outros paradigmas possíveis sobre compreensão dos fenômenos de ações coletivas, como é o caso de políticas públicas. Inclusive podem tanto divergir como complementar uma visão economicista. Por exemplo, a defesa de interesses através da mobilização popular, minorias políticas que articulam pautas específicas, movimentos que acontecem fora do ambiente institucional, também explicam mudanças. A tipificação de injúria racial como crime,

penas mais severas para feminicídio, política de cotas, a utilização de câmeras nos uniformes policiais, as garantias de vagas para educação infantil em creches privadas, a regulamentação das redes sociais, com vistas ao combate à desinformação e às fake news são exemplos. Pautas de políticas públicas relacionadas com bem-estar social cuja iniciativa não decorre necessariamente de uma resolução da discussão sobre macropolíticas, acontecem de forma paralela, muitas vezes de forma policêntrica (iniciativas diferentes entre os entes subnacionais, envolvendo diferentes atores sociais e sem necessariamente o controle estatal de todo o processo). Nesse caso, a vontade política parece anteceder a discussão mais econômica e, inclusive, pode influenciar nessa, para que se busquem os meios de viabilizar minimamente os interesses de uma nação. Ainda assim, mesmo nesse paradigma dos interesses, parece não haver como prescindir por completo da institucionalidade: é necessário que interesses se traduzam em direitos. Novamente uma macropolítica está relacionada, a jurídica.

Justamente essa discussão parece ser o ponto do debate público brasileiro: como materializar o amplo conjunto de valores democráticos através das políticas públicas? Quais caminhos dependem necessariamente de uma mudança radical, ajuste ou manutenção da discussão de macropolíticas como a econômica e jurídica? Existem caminhos alternativos, que prescindem dessa discussão como pressuposto, ainda que possam influenciar em macropolíticas?

A Revista Achados de Auditoria propõe como tema da sua 11ª edição: os caminhos para materializar a democracia através de políticas públicas no Brasil. Entendemos que as duas edições anteriores da revista oferecem parâmetros e pontos de partida importantes sobre o referencial de democracia e políticas públicas aos articulistas. Seja a defesa da Carta de 1988, as políticas afirmativas do texto constitucional, ou respectivas limitações das mesmas fornecem elementos importantes para reflexão, sem prejuízos que novos aspectos sejam considerados. Os artigos podem tratar de uma política pública específica, uma situação de auditoria vivenciada, análises conjunturais mais amplas, estudos de casos ou estudos comparados. O objetivo é proporcionar aos leitores e leitoras uma multiplicidade de olhares e abordagens que ora podem conflitar entre si, ora podem se complementar. O importante é focar os caminhos para materializar a democracia através de políticas públicas, contribuindo não só para as atividades de auditoria, mas para o debate público brasileiro.

Convidamos todos e todas para esse desafio. Sua produção intelectual é importante! Interessamos, independentemente de sua visão de mundo, experiência, ideologia política, área de formação ou de interesse. Evite deixar suas ideias e reflexões morrerem. Arrisque-se! Contribua com o debate!

COMO PARTICIPAR

Prazo: até 02/05/2023

Tamanho: 3500 caracteres (com espaços) por folha, com o máximo de 4 folhas

Formato: 3.500 caracteres (1 folha); 7.000 (2 folhas); 10.500 (3 folhas); 14.000 (4 folhas)

Solicitamos envio de fotografia e dados pessoais para identificação.

E-mail: ceape.imprensa@gmail.com/